

AS ABORDAGENS DA ANÁLISE DE DOMÍNIO COMO APORTE METODOLÓGICO PARA A CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA

THE DOMAIN ANALYSIS AS A METHODOLOGICAL CONTRIBUTION TO ARCHIVISTIC CLASSIFICATION

Lidiane Marques Freitas
lidiane.uel@gmail.com

Ana Cristina de Albuquerque
albulanati@yahoo.com.br

Universidade Estadual de Londrina

Resumo: A Classificação Arquivística é uma atividade de organização do conhecimento que visa a realização de um conjunto de operações técnicas para organizar conceitos, de um determinado domínio, em categorias de fácil entendimento para facilitar a distribuição de documentos e sua futura recuperação. A Análise de Domínio é uma abordagem voltada a compreender as informações por meio das comunidades discursivas. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo suscitar uma reflexão teórica a respeito da contribuição da Análise de Domínio para a Classificação Arquivística, pois na elaboração de sistemas de classificação, a Análise de Domínio possibilita o auxílio no levantamento de conceitos que constituem um determinado domínio específico. Trata-se de uma pesquisa exploratória que descreve, por meio de uma revisão bibliográfica, o conceito de Classificação Arquivística. A discussão perpassa pelo conceito de classificação, a origem e delimitação do termo de classificação arquivística, os vastos entendimentos sobre o conceito e a distinção entre o processo de classificação arquivística e o resultado desse processo, que é o seu instrumento teórico metodológico: o plano de classificação arquivística de documentos. Pode-se observar que a análise de domínio como aporte metodológico para a classificação arquivística tem a função de auxiliar na compreensão da comunidade discursiva e assim contribuir para revelar os termos e conceitos que refletem o contexto do organismo produtor de documentos.

Palavras-Chave: Classificação Arquivística; Plano de Classificação Arquivística de Documentos; Análise de Domínio.

Abstract: The archival classification is an activity of knowledge organization that aims at the accomplishment of a set of technical operations to organize concepts, of a certain domain, in categories of easy understanding to facilitate the distribution of documents and their future recovery. Domain analysis is an approach aimed at understanding information through discursive communities. In this sense, the objective of this present study is to provide a theoretical reflection about the contribution of Domain Analysis to the archival classification, because in the elaboration of classification systems, Domain Analysis makes possible the aid in the survey of concepts that constitute a specific domain. It is an exploratory research that describes, through a bibliographical revision, the concept of archival classification. The discussion pervades the concept of classification, the origin and delimitation of the term of archival classification, the vast understandings about the concept and the distinction between the process of archival classification and the result of this process, which is its theoretical methodological instrument: the Archival classification of documents. It can be observed that the domain analysis as a methodological contribution to the archival classification has the function of assisting in the

comprehension of the discursive community and thus contributing to reveal the terms and concepts that reflect the context of the organism producing documents.

Keywords: Archival classification; Archival Classification Plan of Documents; Domain Analysis.

1 INTRODUÇÃO

A classificação está inserida na necessidade humana de organização do mundo. Ela se configura pelo processo de agrupar objetos, coisas e ideias semelhantes e separar os diferentes. As classificações são parte constitutiva da sociedade. De acordo com Sousa (2012) classificar é o ato de distribuição de indivíduos em grupos distintos, juntando de acordo com as características comuns e separando conforme caracteres diferentes.

Se organizamos para facilitar o acesso, economizar tempo e melhorar a compreensão das coisas que nos rodeiam, o ato de classificar não é diferente. A classificação é o cerne da organização, pois tem como objetivo a distribuição ordenada de objetos físicos ou abstratos, a facilitação de acesso e a economia de tempo na recapitulação ou no retorno ao objeto classificado.

A classificação em arquivos ou Classificação Arquivística visa a realização de um conjunto de operações técnicas, que, de acordo com o domínio na qual está inserida, organiza conceitos em categorias de fácil entendimento para facilitar a distribuição de documentos e sua futura recuperação.

O domínio é tido como uma área de conhecimento, uma organização ou uma disciplina. A abordagem teórico-metodológica da Análise de Domínio, especificamente nos estudos relacionados a Ciência da Informação, tem como um de seus objetivos, auxiliar no processo de pesquisa e construção de instrumentos para a organização do conhecimento. De acordo com os precursores deste estudo, Hjørland e Albreschtsen (1995), a Análise de Domínio tem como objetivo ampliar a compreensão da informação por meio do estudo de um determinado domínio do conhecimento como pensamento ou comunidade de discurso, que são partes da divisão de trabalho da sociedade.

Portanto, a Análise de Domínio é feita por meio das comunidades discursivas, que são formadas por um grupo de indivíduos com objetivos e vocabulários em comum, com alto nível de especialização terminológica e alto nível de perícia nos assuntos do seu domínio de conhecimento (SWALES, 1990, tradução nossa).

Desse modo, o objetivo do presente trabalho, que é excerto teórico das discussões tecidas na dissertação de mestrado intitulada "A organização do conhecimento sensível sob a ótica da arquivologia: um estudo de caso na Embrapa Soja", defendida na Universidade Estadual de Londrina, é suscitar uma reflexão teórica a respeito da contribuição da Análise de Domínio para a Classificação Arquivística, pois, na elaboração de sistemas de classificação, a Análise de Domínio possibilita o auxílio no levantamento de conceitos que constituem um determinado domínio específico. Para compor a pesquisa, buscou-se um estudo exploratório que descreve, por meio de uma revisão bibliográfica, o conceito de Classificação Arquivística.

A abordagem foi qualitativa, o que permitiu a interpretação e compreensão dos dados coletados em determinado contexto para contribuir na produção de conhecimento. A discussão perpassa pelo conceito de classificação, a origem e delimitação do termo de Classificação Arquivística, os vastos entendimentos sobre o conceito e a distinção entre o processo de Classificação Arquivística e o resultado desse processo, que é o seu instrumento teórico metodológico: o Plano de Classificação de documentos.

Embora haja muitas publicações referentes a Classificação Arquivística, acredita-se que ainda há uma carência de aportes metodológicos para esta atividade nos arquivos, até em função do próprio entendimento do arquivo como lugar de um domínio do conhecimento. Portanto, os estudos referentes à Análise de Domínio podem subsidiar a fundamentação teórica e a pragmática da Classificação Arquivística, permitindo que novos olhares se traduzam em espaços de discussão sobre os domínios de determinados arquivos, suas comunidades discursivas e, principalmente, visualizar o conjunto de conceitos que emerge junto a estas análises, para melhor organização das informações.

2 A CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA: PROCESSO E INSTRUMENTO

As classificações servem para definir, alocar, agrupar indivíduos ou coisas em conjuntos formados a partir de seus elementos em comum. Classificar é um processo mental, natural e utilizado como recurso de aprendizagem. Vivemos a classificar as coisas ao nosso redor com a finalidade de definir um lugar para cada coisa, princípio de organização, que nos ajuda no discernimento e compreensão de mundo.

De acordo com Souza (2015), tudo passa pelo filtro separador ou agregador, é uma necessidade inerente ao ser humano. Cada coisa, sejam elas pessoas, animais, objetos, fatos ou ideias, recebem um nome de acordo com as características que a configuram, juntando estas Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.10, n.2, ago./dez. 2017.

com outras coisas parecidas ou separando daquelas que as diferem. Formando-se assim um quebra-cabeça de significados, com vários níveis, divisões e ordens estabelecidas em nosso cotidiano (SOUZA, 2015).

Nesta mesma perspectiva, Peña (2003, tradução nossa) descreve que a classificação é a atividade mais fundamental da mente humana. É o ato de organizar o conhecimento existente em alguma ordem sistêmica, num ato dicotômico que consistem em distinguir coisas e objetos que possam ter certas características em comum daqueles que não as tem, agrupando em classes os que mantem as características em comum.

A classificação é um ato metódico de divisão das coisas em grupos ou classes, segundo as suas semelhanças ou diferenças. Quando separamos os seres vivos em vegetais ou animais, estamos classificando e podemos, ainda, afinar a nossa classificação, identificando entre os animais, aqueles que são racionais ou irracionais e, ainda, entre os animais racionais podemos estabelecer as categorias homens e mulheres (PIEDADE, 1983).

De acordo com Schiessl e Shintaku (2012) o termo classificação traz bastante confusão de sentido, por se tratar de um termo polissêmico. Sua origem vem da palavra latina *classificare*, que é *ficare* em *classis*, ou seja, ficar em uma classe. Para os autores a classificação pode assumir quatro acepções de sentido no uso da língua, que são: a) colocar em determinada classe; b) determinar a classe na qual pertence uma entidade; c) definir classes, que são o ato de nomeação das classes; e c) alcançar determinado nível. (SCHIESSL; SHINTAKU, 2012, p. 58).

Entende-se que a classificação é um processo que visa dispor, sob vários aspectos, um conjunto de elementos com características semelhantes, de forma ordenada, arranjada e organizada, com vistas na posterior recuperação ou, ainda, para o seu próprio entendimento.

A classificação também pode ser entendida sob dois aspectos, como processo mental, que realiza a identificação e classificação de objetos, pessoas e ideias de forma cognitiva consciente ou inconsciente e como forma de organização de objetos materiais ou imateriais para que esses não se percam. Ambas as formas possuem imbuídas a perspectiva de melhorar a compreensão dos elementos classificados (ALBUQUERQUE, 2012).

No contexto dos arquivos, a classificação não é uma atividade nova, os grandes manuais arquivísticos já tratavam deste assunto, porém por falta de uma análise verticalizada sobre o conceito, algumas considerações se fizeram presentes nos trabalhos da área. Segundo Sousa (2002), a Lógica define que a classificação é a distribuição de indivíduos em grupos distintos, de acordo com as características comuns ou diferenciadas. No entanto, na arquivologia, a Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.10, n.2, ago./dez. 2017.

classificação também aparece cindida em dois outros conceitos: classificação ou arranjo (SOUSA, 2002). A diferenciação entre esses conceitos surgiu com os *records management*, nos Estados Unidos, nos trabalhos de Schellenberg (2006), arquivista que defendeu a corrente administrativa dos documentos.

Classificar é definido pelo Dicionário de Terminologia Arquivística como a sequência de operações técnicas que visam, de acordo com a estrutura, função e atividade da entidade produtora, distribuir os documentos de um arquivo (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Esta definição aponta para o processo de classificação, porém é importante pontuar que o termo classificação impõe uma relação entre uma ação e um efeito, ou seja, a classificação pode ser entendida como um processo que permite a organização estrutural e sistemática de elementos e como resultado desse processo, que é um produto, um esquema de classificação.

Os autores Simões e Freitas (2013) distinguem bem essa dualidade de interpretação do conceito de classificação, ao apontar que classificar é o processo que dá origem a um plano estruturado, um instrumento, cuja construção geralmente é a priori, e se baseia em critérios de semelhança e de dissemelhança, para, respetivamente, juntar e separar objetos, organizando-os, deste modo, em categorias ou classes, de acordo com as suas qualidades substantivas.

O termo classificar presume a realização de um ato, uma ação, ou seja, é uma operação esquemática, que resulta num produto, o que denota uma dimensão operacional do conceito. Dahlberg (1978) afirma que há muitos entendimentos sobre a classificação arquivística, pois enquanto para uns trata-se apenas da explanação (palavra) para outros remetem a uma simples descrição de um objeto.

O produto do processo intelectual da classificação arquivística tem como resultado o instrumento denominado de Plano ou Esquema de Classificação. Conforme descreve Camargo e Bellotto (1996) este instrumento é um esquema pelo qual se processa a classificação de documentos de arquivo. De acordo com o Arquivo Nacional (2005) o Plano de Classificação é resultado do estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise dos documentos acumulados no arquivo, que foram produzidos ou recebidos no exercício das funções e atividades da organização. Trata-se de “um esquema de distribuição de documentos em classes, de acordo com métodos de arquivamento específicos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.132).

A sua elaboração deve presumir todos os princípios arquivísticos, ou seja, os fundamentos teóricos da arquivologia. É imprescindível o respeito ao princípio da proveniência para a Classificação Arquivística, pois é ele quem determina a primeira divisão na classificação

Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.10, n.2, ago./dez. 2017.

dos conjuntos documentais. Logo, o ponto de partida para a construção de um instrumento metodológico de Classificação Arquivística é o conhecimento do sujeito ou da instituição criadora dos documentos acumulados.

Conforme destaca Sousa (2012) é na compreensão da gênese documental dos documentos que deve ser estabelecido o primeiro princípio de divisão das classes dos conjuntos documentais. Portanto, num contexto organizacional, deve-se levantar o percurso entre a missão da entidade e o surgimento dos documentos concomitante as relações estabelecidas entre eles.

Em grande parte dos estudos publicados acerca das Classificações Arquivísticas, a elaboração de Planos de Classificação está atrelada ao conhecimento da história, estrutura e funcionamento das instituições, bem como as características dos acervos. Para Lopes (1996), a classificação deve se dar de “modo heurístico”, ou seja, o conjunto de classes/séries documentais deve refletir o que se identificou na estrutura, funções e atividades do produtor dos documentos.

A respeito do trabalho de elaboração dos Planos de Classificação Arquivística, Sousa (2012) defende a necessidade do uso de metodologia científica para a coleta e interpretação de dados, a partir da contribuição de disciplinas como: História, Sociologia, Administração e Diplomática Contemporânea.

Para o autor há três aspectos a serem considerados no levantamento de dados: a) a organização produtora dos documentos em toda a sua dimensão histórica (criação, mudanças, extinção, relacionamentos com outras instituições e as vinculações hierárquicas); b) a organização na sua individualidade (missão, estrutura, funções e atividades e os procedimentos formais e informais); e c) os documentos produzidos e recebidos pela organização (estudo do contexto de produção e acumulação dos documentos e estudo das tipologias documentais que refletem naturalmente as funções e atividades pelas quais foram geradas). (SOUSA, 2012, p. 135).

Podemos observar que a classificação de documentos arquivísticos é fruto do resultado de uma pesquisa referente à estrutura, funções e atividades desenvolvidas pela entidade, como também das tipologias documentais existentes. Somente com esses dados é possível elaborar um esquema preliminar de Classificação Arquivística.

O Plano de Classificação é desenvolvido para aplicação desde a fase inicial de produção dos documentos (arquivos correntes). O seu processo de elaboração inclui a definição de níveis Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.10, n.2, ago./dez. 2017.

e subníveis para determinar a posição dos documentos dentro de um esquema estrutural e refletir os fundos de arquivos em sua ordem original.

De acordo com Albuquerque (2012), o plano ou quadro de classificação serve para exteriorizar todo o trabalho intelectual de determinação de classes classificatórias. “Sua elaboração permite que o profissional possa estabelecer de forma visível os graus de complexidade de uma organização, já que, com o instrumento, é possível visualizar todas as divisões de um conjunto documental” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 112).

O processo de elaboração de Planos de Classificação não é uma tarefa simples, pois além de requerer o estudo do histórico, desenvolvimento funcional, estrutura, características dos documentos da instituição ou pessoa produtora e acumuladora dos arquivos, também exige a escolha de um método eficaz de Classificação Arquivística, pelo qual será refletida a forma como os documentos devem ser organizados dentro de uma estrutura, que pode ser funcional, estrutural ou por assunto.

Portanto, o Plano de Classificação é o instrumento orientador da classificação física dos documentos, mas todo o trabalho intelectual de organização, estruturação e representação de um determinado domínio do conhecimento é feito a priori.

3 A ANÁLISE DE DOMÍNIO

A palavra domínio remete a vários sentidos, muitos deles usados corriqueiramente como, por exemplo, autoridade, poder, posse, pertencimento, extensão territorial, esfera de ação, entre outros. No entanto, a noção de domínio abordada aqui está relacionada com o âmbito do conhecimento ou da experiência humana e se caracteriza pela atenção dada as práticas, interesses e limites de especialização de um grupo de indivíduos (BARITÉ, 2013).

A Análise de Domínio é uma abordagem voltada a compreender as informações por meio das comunidades discursivas. De acordo com Dias (2015) a Análise de Domínio é um processo com a finalidade de “identificar os objetos, os processos e suas relações para a construção de um vocabulário de um determinado domínio que, pode ser usado tanto para as atividades de organização, quanto de recuperação da informação e do conhecimento” (DIAS, 2015, p. 7-8).

Um domínio pode ser compreendido como um grupo de usuários, um campo de conhecimento, uma disciplina científica, uma empresa, comunidade discursiva ou como universo de representação do assunto. Sua função “é possibilitar a comunicação, conferindo Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.10, n.2, ago./dez. 2017.

intersecção epistemológica, ontológica e sociológica entre os agentes contextualizados” (AMORIM; CAFÉ, 2016, p.15).

De acordo com Tennis (2012), a compreensão de um domínio depende do objetivo de sua análise e dos resultados desta análise, pois em seu trabalho sobre “com o que uma análise de domínio se parece no tocante a sua forma, função e gênero” o autor evidencia dois tipos principais: descritivo e instrumental. A Análise de Domínio descritiva é utilizada por pesquisadores e se constitui pelos interesses destes sobre determinado domínio e a Análise de Domínio instrumental é utilizada por desenvolvedores de sistemas de organização do conhecimento a partir da necessidade de compreender um domínio específico para revisar ou construir um sistema de organização do conhecimento. (TENNIS, 2012)

Em sua origem, a Análise de Domínio vem de uma perspectiva de utilização na Ciência da Computação, que foi definida por Neighbors em 1980 (HJØRLAND, 2002), com o objetivo de identificar as operações, os objetos e as relações que existem em um determinado domínio para criar novos sistemas de informação (GUIMARÃES et al, 2012). A proposta teórico-metodológica da Análise de Domínio, que contempla a Ciência da Informação, foi desenvolvida por meio das pesquisas por volta de 1985, de Hjørland e Albreschtsen (1995), que apontavam o estudo de um determinado domínio como a melhor maneira de se compreender a informação, utilizando-se da análise das comunidades de discurso e o seu papel na sociedade. De acordo com os autores, a Análise de Domínio pode ser considerada como:

É uma abordagem teórica de Ciência da Informação (CI), que afirma que a melhor forma de compreender as informações na ciência da informação é estudar as áreas de conhecimento como —comunidades de discurso, que são partes da divisão da sociedade do trabalho. Organização do conhecimento, estrutura, padrões de cooperação, linguagem e formas de comunicação, sistemas de informação e critérios de relevância são reflexões dos objetos do trabalho dessas comunidades e do seu papel na sociedade. A psicologia, o conhecimento, a necessidade de informação e critérios subjetivos de relevância devem ser vistos nesta perspectiva. (HJØRLAND & ALBRECHTSEN, 1995).

Desta forma, Hjørland (2004), caracteriza um domínio através de três dimensões:

- 1) a dimensão de teorias ontológicas, que se refere aos objetos que este domínio venha a ter como, por exemplo, as relações existentes em tesouros e sistemas de classificação;
- 2) a dimensão epistemológica que contempla os diferentes modos de conhecimento e as concepções e tradições teóricas de uma área;

- 3) e a dimensão sociológica, atribuída como dimensão nuclear, pois é a partir dela que a pesquisa sobre os grupos sociais e os campos de conhecimento encontra sua base analítica.

Neste sentido, Barité (2013) também enfatiza que a melhor forma de se compreender a informação é estudar o domínio e esse se constitui em um universo autônomo, mais ou menos autossuficiente, que se apoia em uma estrutura de conceitos relacionados entre si sob uma perspectiva comum. Ou seja, “um domínio é constituído e representado por um conjunto de termos, de procedimentos, de atividades e suas relações, e está relacionado à competência ou alçada de uma instituição ou indivíduo” (SUENAGA, 2014, p.37).

Sendo assim, a Análise de Domínio visa compreender e delimitar o conjunto de informações de um determinado contexto, por meio da identificação dos padrões de comunicação e relevância das informações. A forma como esta é feita está fundamentada nas comunidades de discurso, que são grupos de pessoas que se relacionam para o alcance de objetivos comuns e que possuem características próprias desenvolvidas e adaptadas para o grupo.

De acordo com Swales (1990, tradução nossa) uma comunidade de discurso é um grupo de indivíduos que possui objetivos comuns, vocabulário comum, troca de informações, um alto nível de especialização terminológica e alto nível de perícia nos assuntos ligados ao seu domínio de conhecimento.

Neste sentido, o autor expõe seis pontos que devem ser considerados, (SWALES 1990, p. 472-473):

1. Objetivos comuns: uma comunidade discursiva tem um conjunto combinado de metas compartilhadas, podendo se apresentar em documentos ou em conhecimento tácito;
2. Mecanismos participativos: uma comunidade discursiva tem formas de intercomunicação entre os membros, seja por encontros, correspondência, periódicos ou simples conversas;
3. Troca de informação: a comunidade discursiva usa mecanismos para prover informação com propósitos definidos como, por exemplo, melhorar o desenvolvimento de trabalhos;

4. Estilos específicos: uma comunidade discursiva usa e possui um ou mais estilo de comunicação para atingir seus objetivos, identificados por seus tópicos de discussão, forma, posição de elementos e mensagens;
5. Terminologia especializada: uma comunidade discursiva tem um vocabulário específico;
6. Alto nível de especialização: uma comunidade discursiva tem um mínimo de membros com um nível adequado de conteúdo relevante e experiência discursiva capaz de socializar tal conhecimento.

As comunidades discursivas são formadas pela linguagem, pensamento e conhecimentos sincronizados de um dado grupo social que faz parte da sociedade moderna, ou seja, comunidades discursivas são construções sociais formadas por indivíduos e suas dimensões sociais, culturais e históricas (DIAS, 2015).

De acordo com Hjørland e Albreschtsen (1995, tradução nossa) a importância das comunidades discursivas para a Análise de Domínio decorre do papel que estas possuem na sociedade, refletido no modo como organizam o conhecimento, na necessidade que possuem de informação, nas formas de linguagem e comunicação, nos padrões de cooperação e em seus sistemas de informação.

Nesse sentido, Amorim e Café (2016) destacam que a comunidade discursiva é tida como base da Organização do Conhecimento, constituída por relações sociais, composta não apenas por aqueles que enunciam discursos, expressos por meio de documentos, mas também por aqueles que tratam e disponibilizam as informações.

Com uma proposição que incide no estudo e caracterização de um domínio, Hjørland (2002), propõe onze abordagens que podem ser utilizadas para a análise de áreas específicas referentes às comunidades discursivas. A compreensão destas abordagens leva a possibilidade de visualizá-las como um método, que, ao ser aplicado em análises, auxiliam na compreensão e definição de um domínio. De acordo com Hjørland (2002), as onze abordagens se caracterizam como:

1. *Guias de literatura e portais de assuntos especializados*: onde organizam as listagens de fontes de informação de acordo com a função e tipologia dos recursos nos domínios de conhecimento. Podem demonstrar os pontos semelhantes e diferentes das obras, a inter-relação entre os temas, apoiar a gestão feita pelo

usuário da literatura especializada além de evidenciar as descrições ideológicas das fontes informacionais e como estas se relacionam;

2. *Elaboração de tesouros e classificações especializadas*: vocabulários utilizados especificamente para um domínio. Organizados através de relações semânticas, sinonímias, ou seja, utilizam a estrutura lógica e semântica para a organização das categorias e dos conceitos de um domínio.
3. *Indexação e recuperação especializada*: aperfeiçoar a recuperação da informação através da organização dos conteúdos dos recursos informacionais melhorando assim a visibilidade das informações e os aspectos epistemológicos potenciais.
4. *Estudos empíricos de usuários*: procuram estabelecer o comportamento de busca, estratégias cognitivas e preferências dos usuários a fim de organizar os domínios de acordo com os modelos mentais de contexto dos usuários de informação.
5. *Estudos Bibliométricos*: a partir das métricas da produção do conhecimento a possibilidade de conhecer as conexões entre os documentos, entre os pesquisadores e os assuntos tratados, assim como perceber qual a abrangência geográfica destes elementos para que possam ser relacionados.
6. *Estudos históricos*: possibilidade de estudos a partir das origens, epistemologia, fundamentações, formas de expressão e diferentes influências dos domínios do conhecimento.
7. *Estudos de gênero e documentais*: consideram as estruturas e os elementos que as disciplinas ou as comunidades discursivas elaboram tipos de documentos de acordo com suas necessidades.
8. *Estudos críticos e epistemológicos*: permite a organização dos documentos de acordo com o entendimento das diferenças entre os paradigmas, abordagens, técnicas e metodologias dos domínios.
9. *Estudos terminológicos, de linguagem e de discurso*: possibilita compreender os problemas sobre a linguagem controlada e natural, as relações semânticas e os possíveis discursos para uma melhor recuperação das informações.
10. *Estudos das estruturas e das comunidades científicas*: conhecimento dos indivíduos e instituições para distinguir as especificidades envolvidas concernentes ao domínio

11. *Análise de domínio em cognição profissional e inteligência artificial*: possibilita o estudo a partir de modelos mentais ou métodos para organizar o conhecimento na concepção de sistemas peritos.

As onze abordagens enfatizam a importância da observação e estudo acerca de elementos que influenciarão diretamente na organização e na recuperação da informação.

Assim, a Análise de Domínio feita por meio das comunidades discursivas serve para identificar e documentar características comuns ou variáveis em um domínio específico, devendo, este, ser formatado de acordo com as características próprias das comunidades discursivas (DIAS, 2015), o que possibilita maior familiaridade e coerência na elaboração e visualização das características e conceitos que determinarão uma boa recuperação de informações.

4 CONTRIBUIÇÃO DA ANÁLISE DE DOMÍNIO NA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA: ALGUMAS PROPOSIÇÕES

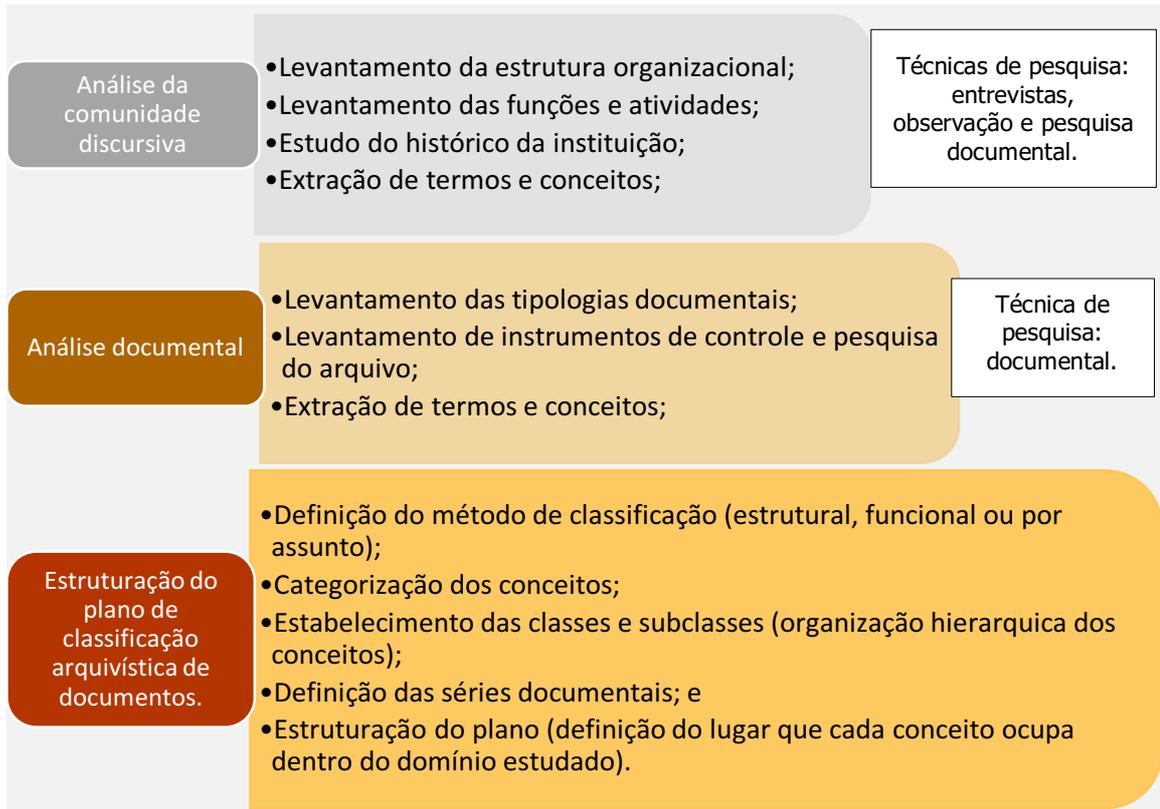
Na elaboração de sistemas de classificação a Análise de Domínio tem o papel de auxiliar no levantamento dos conceitos que constituem um determinado domínio específico, pois sistemas de classificações se constituem em conceitos centrais de um domínio arranjados conforme as relações semânticas existentes entre eles (HJØRLAND, 2002, tradução nossa).

A elaboração de Plano de Classificação Arquivística depende, além do respeito aos princípios arquivísticos e de todas as premissas norteadoras, do conhecimento do produtor dos documentos, ou seja, a Classificação Arquivística deve refletir a estrutura, funções e atividades do órgão ou pessoa produtora dos documentos, bem como o domínio no qual está inserida.

Em uma das onze abordagens citadas por Hjørland (2002, tradução nossa), o autor destaca a importância da Análise de Domínio para construção de sistemas de classificação e afirma que a falta de estudos relacionada a domínios, como delimitá-los e interpretá-los, resulta em esquemas fracos, baseados na prática e na intuição.

Nesse sentido, apresenta-se, na sequência, um esquema para elaboração de Plano de Classificação Arquivística de documentos que deve iniciar na análise da comunidade discursiva de um determinado domínio específico, tendo como foco um produto de classificação arquivística mais consistente e representativo.

Figura 1: Processo de elaboração de plano de classificação arquivística de documentos.



Fonte: Elaborado pelas autoras - 2017.

Observa-se que no processo de elaboração do Plano de Classificação Arquivística de documentos, a Análise de Domínio precede o instrumento teórico metodológico, pois o plano ou esquema de classificação é o resultado da análise da comunidade discursiva e dos documentos que compõem o arquivo. Ele é uma estrutura lógica que define a posição que cada conceito ocupa dentro do domínio, de acordo com as suas características.

As principais técnicas de pesquisas utilizadas na análise da comunidade discursiva são a entrevista, a observação e a pesquisa documental para levantar o histórico, estrutura e desenvolvimento funcional da instituição ou pessoa produtora e acumuladora dos arquivos.

As etapas desse processo não são rígidas, mas devem estar alinhadas ao propósito de construção de um plano coerente e representativo do domínio analisado. Assim, considerando as onze abordagens de Hjørland (2002), descreve-se as etapas do processo de elaboração do Plano de Classificação Arquivística relacionando as abordagens que as fundamenta:

Quadro 1: Processo de elaboração de plano de classificação arquivística de documentos fundamentado nas abordagens de Hjørland (2002)

Etapas do processo de elaboração do Plano de Classificação	Caracterização do processo	Abordagem de Hjørland (2002)
1ª ETAPA <ul style="list-style-type: none"> • Levantamento da estrutura organizacional; • Levantamento das funções e atividades; • Estudo do histórico da instituição; • Extração de termos e conceitos; 	Análise da comunidade discursiva	2ª abordagem: Elaboração de tesouros e classificações especializadas; 10ª abordagem: Estudos das estruturas e das comunidades científicas.
2ª ETAPA <ul style="list-style-type: none"> • Levantamento das tipologias documentais; • Levantamento de instrumentos de controle e pesquisa do arquivo; • Extração de termos e conceitos; 	Análise documental	3ª abordagem: Indexação e recuperação especializada
3ª ETAPA <ul style="list-style-type: none"> • Definição do método de classificação (estrutural, funcional ou por assunto); • Categorização dos conceitos; • Estabelecimento das classes e subclasses (organização hierárquica dos conceitos); • Definição das séries documentais; e • Estruturação do plano (definição do lugar que cada conceito ocupa dentro do domínio estudado). 	Construção do plano de classificação de documentos.	7ª abordagem: Estudos de gênero e documentais. 9ª abordagem: Estudos terminológicos, de linguagem e de discurso.

Fonte: Elaborado pelas autoras, fundamentado em Hjørland (2002).

O Quadro 1 possibilita a compreensão do auxílio da Análise de Domínio no processo de Classificação Arquivística, propriamente na construção de um Plano de Classificação de documentos, pois demonstra as etapas do processo de elaboração do instrumento teórico metodológico de Classificação Arquivística em consonância a análise identificadas nas abordagens de Hjørland.

Na primeira etapa considerada para o processo de construção do Plano de Classificação tem-se como auxílio metodológico a segunda abordagem de Hjørland (2002), que se refere a elaboração de classificações especializadas. Neste ponto considera-se que a Classificação Arquivística demonstra, em todos os seus aspectos, a especialização de seus saberes, principalmente em tipos de arquivos de domínios de conhecimentos específicos. Essa abordagem se mescla a décima, estudos das estruturas e das comunidades discursivas Hjørland (2002), onde a partir do aporte teórico da arquivologia através dos princípios da proveniência e da ordem original, é possível identificar a missão, objetivos e processos aos quais as relações organizacionais dos documentos irão se vincular para o planejamento e elaboração do Plano de Classificação.

Na segunda etapa tem-se como auxílio metodológico a terceira abordagem de Hjørland (2002), indexação e recuperação especializada, onde pode contemplar os elementos de levantamento de tipologias, elementos de controle e pesquisa no arquivos e extração de termos e conceitos. As metodologias de identificação de tipologias têm tido um grande aporte teórico, no âmbito da arquivologia, pelos estudos realizados por Rodrigues (2003; 2008), que remete a modelos de aplicação para identificação de tipologias documentais que servem para a classificação e avaliação de documentos. Apesar da terceira abordagem se referir a indexação, um aspecto que remete a assuntos, a recuperação especializada faz parte do processo final de elaboração do Plano de Classificação, pois, todas as relações, por exemplo, que se instituem em um plano funcional, são oriundas do processo de proveniência e dos relacionamentos aí gerados pelo órgão produtor, possibilitando uma recuperação das informações a partir dos conceitos caracterizados por aquela determinada comunidade discursiva.

Na terceira etapa, onde se realiza os processos que darão a concretude do Plano de Classificação, considera-se a sétima abordagem, estudos de gênero e documentais Hjørland (2002), onde emergem os elementos e tipos de documento que as comunidades discursivas elaboram de acordo com seu contexto. Nesta abordagem percebe-se a importância de todos os processos que vêm sendo construídos, pois, a escolha do método de classificação, a categorização e a definição das classes e subclasses vêm justamente dos documentos produzidos e o relacionamento entre eles a partir do domínio do conhecimento e de seus usuários e produtores. Esta etapa é de extrema importância por definir como estes documentos e esta classificação auxiliará diretamente na recuperação das informações no ambiente arquivo. A nona abordagem, incide diretamente na perspectiva de construção de linguagens documentárias a partir do Plano de Classificação. A construção de instrumentos como vocabulários controlados e tesouros funcionais, ainda incipientes, mas que já têm respaldo no meio arquivístico, podem ser de extrema importância para a finalização e a recuperação das informações de forma padronizada e coerente com todas as relações conceituais existentes ali, respeitando e levando em consideração o domínio do conhecimento e as comunidades discursivas presentes para uma representação mais coerente com a realidade do ambiente.

Desta forma, percebe-se que a Análise de Domínio e suas abordagens, como aporte para construção de Planos de classificação, se mostra como possível, pois demonstra elementos que incidem nas características culturais e sociais de comunidades em ambientes científicos e

profissionais e que, seus domínios de conhecimento devem ser respeitados como elementos que influenciam e definem os usos e a recuperação de informações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a melhor forma de compreender a informação é estudar o domínio, então a melhor forma de organizar a informação também deve levar em consideração o estudo do domínio como uma fonte auxiliar na interpretação e delimitação dos conceitos do domínio.

Como se pode observar, para que a Classificação Arquivística reflita a linguagem do domínio no qual está inserida, deve-se partir de uma análise da comunidade discursiva, na qual possibilita a identificação da estrutura, funções e atividades do órgão ou pessoa produtora dos documentos.

O auxílio da Análise de Domínio no desenvolvimento de instrumentos teóricos metodológicos de classificação arquivística permite que a classificação de documentos tenha mais coerência, interação e confiabilidade com o domínio em que se encontra. Acredita-se que a incorporação da Análise de Domínio e suas abordagens como aporte metodológico para a Classificação Arquivística só vem a contribuir para a construção e para a identificação de melhores maneiras de explorar e definir as categorias de conceitos estabelecidas nos planos de classificações arquivísticas de documentos.

A partir deste estudo preliminar, espera-se contribuir para chamar atenção a importância dos estudos de Análise de Domínio na Classificação Arquivística, especialmente na elaboração do instrumento teórico metodológico: o plano de classificação de documentos.

Pôde-se verificar que o papel da análise de domínio na elaboração de planos de classificação arquivística é servir como uma metodologia de análise da linguagem utilizada pela comunidade discursiva, pois o plano de classificação arquivística visa representar, por meio de termos e conceitos, a linguagem de um determinado domínio.

Considera-se também, que o estudo do domínio por meio das comunidades discursivas, na classificação arquivística, contribui para revelar os termos e conceitos que refletem o contexto do organismo produtor de documentos. A análise do domínio serve para auxiliar na identificação de conceitos representativos da comunidade discursiva.

Neste sentido, o presente trabalho abre portas para novas discussões, inferências e afirmações relativas aos estudos da Classificação Arquivística, pois é preciso ampliar as reflexões teóricas e metodológicas desse processo intelectual e pragmático do pensar e fazer arquivístico.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. C. de. **A Classificação de documentos fotográficos**: um estudo em arquivos, bibliotecas e museus. 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

AMORIM, I. S.; CAFÉ, L. M. A. Os conceitos de comunidade discursiva, domínio e linguagem na análise de domínio Hjørlandiana. **XVII ENANCIB**: Descobrimientos da Ciência da Informação: Desafios da Multi, Inter e Transdisciplinaridade. Disponível em: <file:///C:/Users/lidiane.freitas/Downloads/3580-11884-1-PB.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2016.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. **Diccionario de Organización del Conocimiento**: Clasificación, indización, Terminología – Mario Barité y equipo. 5ª ed. Montevideo: PRODIC, 2013.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

_____. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/issue/view/87/showToc>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

DIAS, C. C. A análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia de literatura e outras garantias. **Informação & Sociedade**: estudos, v. 25, n. 2, p. 6-17, 2015.

GUIMARÃES, J.A.C. ; PINHO, F. A. ; FERREIRA, G. M. . Relações teóricas da organização do conhecimento com as abordagens de catalogação de assunto, indexação e análise documental. **Scire** (Zaragoza), v. 18, p. 33-43, 2012.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information Science. Eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v.58, n.4, 422-462, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org.ez78.periodicos.capes.gov.br/10.1108/00220410210431136>>. Acesso em 22 jun. 2016.

_____. Domain analysis: a socio-cognitive orientation for Information Science research. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, fev./mar. 2004.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in Information Science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v.46, n.6, p.400-425, Jul. 1995.

LOPES, L. C. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCAR, 1996.

PEÑA, C. N. **Indización y clasificación: un problema conceptual y terminológico**. In: Documentación de las Ciencias de la Información, V. 26, 2003, p. 23-40.

PIECADE, M. A. Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1983. 221p.

SHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RODRIGUES, Ana Célia. **Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos: um manual para o Município de Campo Belo, MG**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042003-181526/pt-br.php>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

_____. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico para a identificação de documento de arquivo**. São Paulo: Universidade de 106 São Paulo, 2008. (Tese de doutorado). Disponível em: <file:///C:/Users/A20C/AppData/Local/Temp/TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2017.

SCHIESSL, M; SHINTAKU, M. Sistemas de organização do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012. 248p. Capítulo 2, p. 49/118.

SIMÕES, M. G; FREITAS, M.C.V. A classificação em arquivos e em bibliotecas à luz da teoria da classificação: pontos de convergência e de divergência. **Ponto de Acesso**, Salvador, V.7, n.1 ,p. 81-115, abr 2013. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/8050>>. Acesso em: 17 set. 2015.

SOUSA, R. T. B. A Classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: SOUSA, R. T. B. de. A classificação como função matricial do que fazer arquivístico. In: SANTOS, V. B. dos; INNARELLI, H. C.; SOUSA R. T. (Orgs.). **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento**. 38 ed: Distrito Federal: SENAC, 2012.

SOUSA, R. T. B. de. **As bases do processo classificatório na arquivística: um debate metodológico**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

- SOUZA, A. do P. **O documento fotográfico na organização do conhecimento**: o processo de transcodificação na classificação arquivística. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.
- SUENAGA, C. M. K. **A abordagem da análise de domínio na organização e representação do conhecimento em arquivística**. 2014. 150f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Educação Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.
- SWALES, J. M. The concept of discourse community. In: **Genre analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. P. 21-32.
- TENNIS, J. T. Com o que uma análise de domínio se parece no tocante a sua forma, função e gênero? **BJIS**, Marília (SP), v. 6, n. 1, p.3-15, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/index>>. Acesso em 14 jan. 2017.